

João Guerreiro

Professor da Universidade do Algarve. Antigo Presidente (2006-2007)
e Vice-Presidente (2008-2013) da AULP.

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) foi criada há quase trinta anos, antecipando-se em dez anos à constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Beneficiando de um impulso inicial do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do seu Presidente, o Professor António Simões Lopes, então Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, a Associação foi formalizada em 1986 na cidade da Praia (Cabo Verde). Uma quinzena de instituições do ensino superior de seis países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Portugal) acordaram constituir a AULP.

A Associação propunha-se promover a cooperação entre universidades e instituições de investigação científica, concedendo uma maior ênfase ao desenvolvimento da língua portuguesa. O fomento da mobilidade, a circulação de informação científica, a estruturação de projetos conjuntos e a equivalência de habilitações literárias e graus académicos constituíam o cerne dos objetivos então definidos. A Associação viria, mais tarde, a acolher também os institutos politécnicos portugueses.

A Associação tentou sempre conviver com as diferenças existentes nos diversos sistemas de ensino superior dos países CPLP e, apesar delas, tem defendido a plena adoção dos princípios que nortearam a constituição da AULP. Brasil e Portugal apresentavam-se, no final dos anos 80 do século passado, com uma estrutura universitária internamente consolidada; Angola e Moçambique acolhiam apenas as suas duas universidades (uma em cada país) herdadas do regime colonial; os outros países começavam a estruturar institutos temáticos e de formação, longe ainda do perfil de instituições de ensino superior. As universidades portuguesas lançavam-se, contudo, nessa época, numa nova etapa na área da internacionalização, não só reforçando a absorção de docentes que tinham adquirido os seus graus académicos no exterior, como também estabelecendo elas próprias linhas de cooperação com entidades estrangeiras. Terá sido esta última tendência a principal motivadora que levou o CRUP a desafiar as suas congéneres de língua portuguesa para a dinamização da AULP.

A constituição da CPLP, em 1996, gerou algumas expectativas positivas, admitindo-se que os incentivos destinados à concretização dos princípios definidos pela AULP estariam mais facilitados. Um primeiro Protocolo de cooperação é assinado entre a CPLP e a AULP em julho de 2000. Em 2004, numa cimeira

realizada em Fortaleza (Brasil), e que se pretendeu marcante para este domínio, os ministros responsáveis pelo ensino superior da CPLP comprometeram-se a estimular a qualidade das formações oferecidas, a mobilidade de estudantes e docentes, a colaboração interinstitucional e a cooperação com outras comunidades. Na ocasião foi inclusivamente criado um designado Grupo de Seguimento, integrando um representante da AULP, mas que acabou por ter uma vida efêmera.

A AULP entretanto mantinha uma atividade moderada, muito baseada na publicação da Revista Internacional de Língua Portuguesa (Diretora: Maria Helena Mira Mateus), maioritariamente dedicada a temas de linguística, de literatura e de valorização da língua portuguesa.

O final dos conflitos armados nos dois maiores países africanos de língua portuguesa, a criação nesses países de instituições privadas de ensino superior e a multiplicação de relações entre as comunidades académicas do conjunto da CPLP permitiram abrir novos capítulos na atividade da AULP. Embora a referida Declaração de Fortaleza fosse sistematicamente evocada como referencial da cooperação que se pretendia desenvolver, a ausência de clara concertação intergovernamental impedia uma efetiva convergência entre as dinâmicas dos diversos sistemas de ensino superior. Foi, contudo, neste quadro que a AULP desenvolveu alguns projetos relacionados com a formalização do “Espaço do Ensino Superior dos Países de Língua Portuguesa” ou com a estruturação de uma “Agência de Avaliação Institucional do Ensino Superior” orientada para os países da CPLP, projetos que beneficiaram de colaborações diversas (destacando-se aqui a atividade desenvolvida por Pedro Lourtie).

A perceção de que a até então dinâmica da AULP não conseguia atrair, com suficiente amplitude, as universidades brasileiras suscitou da presidência portuguesa (2005-2008) a definição de uma estratégia capaz de mobilizar, com outra extensão, aquelas universidades, ainda pouco sensibilizadas para a cooperação internacional. No Encontro de Brasília, em 2008, foi possível encontrar uma solução brasileira para a presidência da AULP, o que contribuiu para que se abrisse uma nova fase, caracterizada por uma maior participação de universidades brasileiras, sobretudo federais, nas atividades da Associação.

Não obstante a crescente densificação de relações bilaterais entre as instituições de ensino superior, traduzida não só num enorme fluxo de visitas, de protocolos e de intenções, mas também na mobilidade de docentes destinada a prestar colaborações no âmbito da oferta formativa de cada instituição, as dificuldades de cooperação institucional continuaram a manifestar-se. Um dos maiores impedimentos a essa cooperação residiu na adoção, por Portugal, da Reforma de Bolonha. Submetendo a configuração dos graus académicos ao modelo de Bolonha, as instituições portuguesas afastaram-se dos sistemas vigentes nos outros países da CPLP. A mobilidade entre os diversos sistemas de ensino superior foi praticamente suspensa, com um

impacte ao nível das licenciaturas difícil de ultrapassar. A AULP defendeu, nesse quadro, a adoção de linhas de cooperação multilaterais abrangendo pós-graduações (mestrados e doutoramentos), domínio em que a articulação seria exequível. Situação que viria a tornar-se, posteriormente, mais complexa por via dos sistemas de acreditação dos graus em vigor no Brasil e, mais tarde, em Portugal.

Em 2009, os ministros da CPLP com responsabilidade no ensino superior e na investigação científica reuniram-se e, por proposta do ministro português, José Mariano Gago, decidiram dinamizar um Centro UNESCO destinado à promoção de programas de formação avançada no espaço da CPLP. O governo português avançou desde logo com uma primeira iniciativa, o Programa “Ciência Global”, destinado a oferecer bolsas de doutoramento e de pós doutoramento a candidatos dos países africanos e de Timor-Leste.

Paralelamente, o Brasil estruturou em 2012 o Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional (PIAPEE), orientado igualmente para a cooperação entre instituições brasileiras e as dos países africanos e de Timor-Leste. Este Programa inseria-se no reforço ímpar que a CAPES realizou nos últimos 8 anos no que respeita à cooperação internacional e destinou-se a instituições associadas à AULP.

A AULP mantém atividades em áreas relacionadas com a cooperação institucional e com a reflexão sobre as diversas vertentes dos sistemas de ensino superior. Nestes últimos dez anos ajustou a linha editorial da sua Revista, garantindo a sua periodicidade anual e uma abordagem temática que incide obrigatoriamente sobre as realidades do conjunto dos países da CPLP. Instituiu, com o Secretariado Executivo da CPLP e o Instituto Camões, o Prémio Fernão Mendes Pinto anualmente atribuído a uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutoramento que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa. É responsável por uma linha editorial que proporciona aos seus associados, no âmbito dos Encontros anuais, edições originais de prestígio ou reedições de obras esgotadas mas de interesse mútuo. E apresentou recentemente ao Secretariado Executivo da CPLP uma proposta de criação de um Erasmus CPLP, primordialmente orientado para as pós-graduações.

Sem instrumentos financeiros capazes de suportarem a cooperação interuniversitária, a AULP assumiu contudo as funções de fórum de reflexão e de debate sobre os temas atuais do mundo do ensino superior. As diferentes sensibilidades governamentais, nalguns momentos estruturadas em torno de estratégias não convergentes, contribuem para aumentar pontualmente as dificuldades que impedem a criação de plataformas comuns de colaboração. O conhecimento mútuo dos responsáveis das instituições e dos corpos ativos das mesmas é, em si, um ativo que se deve valorizar e que contém um potencial nada desprezível. A AULP confirma-se como um projeto em construção!